

CAMPONESES DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA E SUA MULTIFUNCIONALIDADE

Wodis Kleber Oliveira Araújo¹

RESUMO: *Este estudo procura discutir estratégias de (re)produção da pequena propriedade rural no município de Feira de Santana (BA), considerando essa localidade como exemplo da realidade existente no Brasil. Analisa o trabalho camponês feirense em sua pequena propriedade e suas estratégias de (re)produção como alternativas de sobrevivência quando ocorrem mudanças no espaço de produção. Os objetivos a serem alcançados por esta pesquisa estão relacionados com a agricultura camponesa e suas estratégias de (re)produção, sua multifuncionalidade, mostrando que os fatores históricos, regionais e econômicos manifestam-se em todas as partes, do Brasil a Feira de Santana. O estudo está estruturado da seguinte forma: análise das atividades econômicas, explica as atividades econômicas principais e secundárias, desempenhadas no campesinato feirense. As relações de trabalho discutem as estratégias montadas pelas famílias camponesas para desempenhar tarefas dentro e/ou fora da unidade de produção, com destaque a pluriatividade. Para consolidar este trabalho, realizou-se estudo bibliográfico e documental, visando delimitar a pesquisa com contribuições teóricas de grande relevância. Apesar da importância, os dados disponíveis sobre o trabalho camponês feirense em sua pequena propriedade são empreitadas complexas, de tal modo, este trabalho demonstra-se relevante a partir do momento em que se tentou sistematizar informações dispersas sobre suas estratégias de (re)produção como alternativas de sobrevivência.*

Palavras-chave: Camponeses; Multifuncionalidade; Estratégias de reprodução.

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte da pesquisa realizada para o desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada *A (Re)Produção da Pequena Propriedade Rural no Município de Feira de Santana (BA)*, concluída no Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia, contribuindo para a realização de estudos paralelos, gerando outros artigos, nos quais são discutidos conceitos referentes ao assunto.

O trabalho encontra-se dividido em três etapas: na primeira, é apresentada uma análise das atividades econômicas, no intuito de melhor conhecer as estratégias de sobrevivência do camponês; na segunda, a fim de compreender as relações de trabalho, é relatado como são utilizados os trabalhadores temporários nas pequenas propriedades rurais. A terceira etapa é apresentada nas considerações finais, onde há um esforço para refletir sobre a análise/pesquisa realizada.

Vale ressaltar que, durante o desenvolvimento deste trabalho, tornou-se de extrema relevância apresentar os dados referentes à pesquisa de campo para ser possível reiterar a veracidade das informações apresentadas.

Nesta perspectiva, pode-se inferir, na construção deste artigo, o reflexo das pequenas propriedades rurais sob a ótica das atividades econômicas, das relações de trabalho e da unidade

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe / Professor substituto do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana / Professor da Faculdade de Tecnologia e Ciências – FSA. wodis@bol.com.br.

fábrica. Os conceitos utilizados como base teórica foram aqueles tratados pelos autores Manuel Correia de Andrade, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José Graziano da Silva, entre outros.

O conceito de espaço geográfico permeia todo o trabalho, não foi dado crédito a um autor específico, pois o entendimento é de que todas as relações sociais, econômicas, culturais, de identidade e poder, ocorrem sobre o espaço. Neste estudo, o espaço geográfico aparece como elemento norteador de todas as relações humanas com o meio vivido e utilizadas para a sobrevivência.

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO

Análise das atividades econômicas

O trabalho do camponês demanda horas de atividades e consumo de braços para realizar as tarefas pertinentes à produção. Baseado nisso, percebe-se que, no momento em que há uma alteração no padrão de comportamento das relações sócio-econômicas e de produção, o camponês cria alternativas para sua sobrevivência.

Passa-se, então, a discutir as atividades econômicas principais que os camponeses entrevistados, na pesquisa de campo, realizam para garantir a renda. Dentre estes, 68% desenvolvem atividades na lavoura e 32%, em atividades não-agrícolas. Assim, para o camponês feirense, a terra é ainda seu principal sustento. A atividade da lavoura desenvolve-se completamente em suas propriedades com 69,5% das respostas.

O órgão estadual denominado Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (1999, p. 36) estabeleceu os tipos de família e sua ocupação, classificando da seguinte forma: agrícolas, não-agrícolas e pluriativas.

Percebe-se a existência de famílias que se mantêm na exclusiva condição das atividades agrícolas para sua reprodução, ocupando os demais membros da família na lavoura, utilizando-se sempre da força familiar para a produção e, em alguns casos, no momento de pico, de trabalho temporário. Os valores recebidos pelo trabalho não são suficientes para sua simples sobrevivência. Boserup (1987, p. 125) comenta sobre esse salário dizendo: "[...] o valor dos salários agrícolas é muito baixo na maioria das comunidades [...] e que os salários não podem ser reduzidos ainda mais sem provocar a completa inanição dos trabalhadores assalariados".

Quando essas famílias camponesas, com área de terra incapaz de manter todos os ocupantes, estendem para seus familiares a condição de trabalhadores em outras atividades e/ou propriedades, constata-se que são estas famílias as de menor renda, devido a fatores como: a forma de produção, as técnicas utilizadas e o tamanho de sua terra. Garantem sua subsistência alimentar, mas não é o suficiente para a formação de patrimônio. Vendem sua força de trabalho nas lavouras por falta de qualificação. Percebemos também que parece haver uma relação entre a atividade desenvolvida pelos entrevistados, quando crianças, com as atividades atuais, neste caso - na lavoura, salvo poucas exceções. É um processo em que se reproduz a condição de miséria.

As famílias camponesas que vivem exclusivamente da terra, mas que possuem a casa de farinha, têm área de terra maior e um contingente familiar satisfatório para atender a demanda de produção e os momentos de pico da lavoura. Apresentam condições sócio-econômicas melhores, pois não é necessário buscar de forma complementar a sua subsistência, fora da unidade familiar de produção. E quando o fazem, é em menor número de membros ou por um período reduzido de tempo.

Uma parcela considerável de entrevistados (30,5%) responderam exercer atividades que não estão relacionadas diretamente com as atividades agrícolas, enquadrando-se no que se denominam famílias não-agrícolas. Encontramos proprietários de terra, exercendo atividades

como: pedreiros, motoristas, funcionários públicos municipais, biscateiros, pequenos comerciantes, ajudantes de pedreiro, oleiro, operários de agroindústrias, ou ainda aqueles que afirmaram ter na aposentadoria sua fonte primária de renda. Desses informantes, todos relataram exercer suas atividades fora de suas propriedades, exceto os aposentados. Esses indivíduos disseram utilizar a terra como um complemento de renda para a previdência.

A atividade familiar foi completamente absorvida pela demanda, mesmo que não utilizasse toda a área disponível para o cultivo. Em alguns casos, utilizam-se do trabalho temporário, associado ao familiar, pois dispõem de recursos financeiros para o pagamento dessas atividades. Entretanto, nem todas as atividades não-agrícolas resultam numa renda capaz de permitir ao pequeno proprietário condições para que a terra fique improdutiva e sua reprodução seja feita apenas como os rendimentos do trabalho, fora da unidade familiar de produção, segundo nossas observações na pesquisa de campo.

Sobre esse assunto, as atividades não-agrícolas, Silva (1998, p. 173) comenta: [...] um indicador extremamente expressivo das *novas funções* que assume o campo brasileiro, o qual, além de sua função agrícola, representa hoje também local de moradia, de lazer, de serviços e de emprego para pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas.

Alguns proprietários informaram exercer atividades de múltiplas funções, na lavoura e em atividades não-agrícolas. Por isso as famílias que produzem prioritariamente para o autoconsumo vêm-se forçadas a intensificarem suas estratégias de sobrevivência, combinando, cada vez mais, as atividades e, às vezes, abandonando a atividade agrícola. Esses proprietários mantêm seus roçados, principalmente de culturas de subsistência, garantindo para si uma parte da alimentação e o excedente para a venda, aumentando a renda familiar.

Para esse caso do pequeno proprietário rural apresentar-se como *pluriativo*, não significa que o modelo da unidade familiar de produção esteja se modificando, pois esse camponês ainda continua dividindo as atividades agrárias entre os membros da família. O resultado dessa mudança no comportamento está na participação do trabalho familiar, criando uma sazonalidade na demanda do trabalho, dentro da unidade familiar, tentando estabelecer um equilíbrio entre o salário, a produção agrícola e o padrão de vida do pequeno proprietário.

Como se discute o comportamento do entrevistado em relação à atividade econômica principal que este camponês desenvolve, observa-se que esse não está só em sua unidade de produção familiar. Sendo uma unidade de produção familiar, os membros dessas famílias, mulheres, crianças e velhos, exercem suas atividades e têm sua importância no processo de produção.

Como se pode observar, a atividade econômica de apoio à renda familiar, praticada pelos seus membros, acontece principalmente na propriedade. Deduz-se que essas atividades estejam ligadas diretamente a atividades agrárias, porém nem sempre, pois estes podem desenvolver as tarefas fora de suas propriedades, executando atividades agrárias e não-agrícolas. Dessa forma, Santos, L. (1996, p. 40), nos chama a atenção sobre o trabalho externo dizendo: "[...] não é apenas o chefe da família que trabalha *alugado*, mas principalmente os filhos maiores de catorze anos [...]"

A mesma situação sobre o trabalho dos membros da família pode ainda ser encontrada em Oliveira (1986, p. 69, grifo nosso) quando esse comenta sobre a produção camponesa e sobre a força de trabalho familiar "[...] **a força de trabalho familiar** - é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa: [...]". Enquanto Gomes (1999, p. 100), quando esta trata do trabalho familiar afirma: "Na pequena propriedade, desde a infância, cada um dos membros dá sua contribuição no binômio explorada".

Em nossa pesquisa de campo, os filhos dos entrevistados que estavam empregados em atividades não-agrícolas, eram sempre de famílias numerosos e com pouca terra, com idade

acima de 18 anos, primeiro grau completo, e, em algumas entrevistas nas propriedades, demonstraram um interesse maior em residir na cidade.

Sobre o trabalho extrafamiliar. Santos, L. (1996, p. 39) diz: "[...], o camponês complementa o seu orçamento trabalhando *alugado* [...]. Ainda aparece como alternativa a ocupação em serviços não-agrícolas na própria área". O autor ainda continua: "[...] o trabalho extra-unidade familiar constitui-se em uma alternativa sem retorno para os membros excedentes, que, caso tenham oportunidade podem vir a se transformar em futuros camponeses sob a forma indireta de exploração da terra". Santos, L. (1996. P. 40).

Percebe-se então ser esta a única forma de esses camponeses ocuparem a terra, morar nela, transformando o modelo de produção tradicional em um modelo que absorva seus membros, mantendo-os ainda na condição de pequenos proprietários. Há também a ajuda de membros da família que recebem aposentadoria, como mais uma forma de sobrevivência.

Todavia, observa-se que os nossos entrevistados apresentavam outras fontes de renda. As atividades econômicas secundárias, realizadas pelos camponeses entrevistados, garantem um complemento financeiro às atividades econômicas principais. Dos entrevistados, como já foi apresentado anteriormente, encontram-se 81,5% que afirmaram não possuir outra fonte de renda além daquela já anteriormente citada, e 18,5% declaram ter uma outra fonte: desses, 9% ocupavam atividades na lavoura e 9,5% em outras atividades não-agrícolas.

Percebe-se que o lugar onde esses camponeses desenvolvem as atividades secundárias está relacionado com a propriedade, pois dos 9% que afirmaram ter como ocupação a lavoura, foi o mesmo percentual para atividade desenvolvida na propriedade e para atividades não-agrícolas (9,5%) e atividades desenvolvidas fora da propriedade.

Deve-se justificar que o estudo para o caso da atividade econômica secundária vai demonstrar o comportamento do camponês, aqui entrevistado, como uma estratégia de sobrevivência e não mais a atividade do grupo familiar, pois esse já comenta anteriormente. O que se percebe com a atividade secundária é que ela ocorre em duas situações: a primeira, dos camponeses que exercem atividades não-agrícolas e são lavradores em suas propriedades; a segunda, de lavradores que trabalham em outras atividades, não-agrícolas, fora de suas propriedades. Em ambos os casos as famílias são *pluriativas*.

Na primeira situação, percebe-se que o camponês possui emprego fora de sua propriedade, exercendo atividades não-agrícolas e trabalhando a sua terra em tempos de folga ou apenas numa estação determinada pelo calendário agrícola.

Percebe-se que o principal fator que o leva ao trabalho fora de sua unidade de produção familiar é o tamanho de sua propriedade e a incapacidade de reproduzir com ela, como produtor rural. A segunda situação, aquela em que os camponeses são lavradores em suas propriedades, mas buscam complementos de renda em atividades não-agrícolas fora de sua propriedade, ocorre sempre pelo mesmo motivo: o tamanho da terra, o número da prole e a necessidade financeira.

Aqui a qualificação profissional dos camponeses é muito baixa, concedendo a esse, nos exemplos citados, a condição de serventes diversos. O regime de trabalho ocorre no período oposto ao calendário agrícola da região. Encontram-se, ainda, alguns poucos exemplos de camponeses lavradores em suas terras e assalariados temporários (diaristas) em propriedades vizinhas ou no distrito onde sua propriedade está localizada. Esse tipo de trabalho acessório, temporário, assalariado é discutido por vários outros autores.

Há ainda um fato que chamou a atenção sobre o número de camponeses entrevistados que eram aposentados (50 entrevistados, 25% do total de questionários). Observa-se o comportamento desses camponeses que tinham alguma relação com a aposentadoria e a atividade econômica principal/secundária da seguinte forma: lavrador/aposentado, 22%; aposentado/lavrador, 34% e aposentado, 44%. Esse último não apresentava uma atividade

econômica secundária. Acreditamos que, mesmo não informando, uma pequena parcela ainda permanece na situação dos dois casos anteriores.

Percebe-se a importância que assume a previdência no meio rural, pois, quando se analisa também os membros da família camponesa, nota-se que há algum membro aposentado, contribuindo economicamente, com sua aposentadoria, para a renda familiar.

Assim observa-se que o universo do camponês gira em torno de uma necessidade básica e simples, a sua existência. Nem que para tal sejam necessários, jornadas de trabalho mais longas e distantes de lar, a venda de sua força de trabalho e dos membros de sua família e em alguns casos o abandono, total ou parcial das atividades agrárias.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Durante a pesquisa de campo, observa-se que os trabalhos desenvolvidos nas propriedades rurais eram norteados pelas famílias, pois todos confirmaram sua presença no processo produtivo. Entretanto percebe-se que, em alguns casos citados, 19% dos entrevistados, apresentavam em suas propriedades o *auxílio* de trabalho extrafamiliar, os trabalhadores temporários.

Uma justificativa inicial, para ocorrer uma demanda de trabalho, onde a própria família camponesa não seja capaz de absorver toda a tarefa, está, como exemplo, no cultivo que praticam, nesse caso, a subsistência. A SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, (2000, p. 56), afirma que a demanda da ocupação na lavoura que mais absorve mão-de-obra são a cana e o feijão; pois essas culturas apresentam os maiores picos de trabalho, onde algumas tarefas devem ser realizadas em um único instante ou processo, o que requer um número maior de trabalhadores além do disponível, rotineiramente, pelas famílias camponesas.

Sendo assim, passa-se a investigar se aquelas famílias numerosas ou com uma área de terra muito pequena para seu próprio sustento também são capazes de solicitar algum tipo de trabalho extrafamiliar. Portanto, Silva (1982) diz que mesmo os proprietários de uma área de terra insuficiente para sua sobrevivência que em uma maior parte do tempo o camponês trabalha alugado. Silva (1982, p. 144): “[...] de outro lado, contratam assalariados temporários nos *momentos de pico* da demanda de mão-de-obra de sua unidade de produção”.

Em áreas de terra muito pequenas ou nas com um menor número de membros ativos, para realizar as tarefas, as quatro etapas distintas da lavoura: preparo da terra, plantio, tratamentos culturais, colheita são as que demandam serviços. Perguntou-se então aos camponeses em que momento da produção utilizava desse trabalho extrafamiliar? Os 38 entrevistados (19% do total) responderam que em algum momento usam trabalhadores temporários. Dentro desse universo, 95% são utilizados no preparo da terra; 60,5% no plantio; 18,5% no trato da colheita e 50% na colheita. Não só a lavoura requer auxílio extra para executar suas tarefas, algumas construções, dentro das pequenas propriedades, muitas vezes, requerem uma ajuda mútua, para se concretizar.

O pagamento é feito diariamente. Apenas um entrevistado disse pagar semanalmente; e encontraram-se, declarados pelos entrevistados, 16,5% dos casos, com valor do dia de trabalho a R\$ 5,00 (valor vigente em fevereiro de 2000, conforme a pesquisa de campo). Constatou-se outro fato sobre a exploração desigual do trabalho feminino e infantil, pois estes recebem, respectivamente, pelo seu trabalho diário R\$ 4,00 e R\$ 3,00.

Santos, J. (1984, p. 32); demonstra a importância do trabalho feminino de maneira igualitária, “Como um homem, mesmo igual”, entretanto a referência ao trabalho feminino foi dentro da própria unidade familiar. O mesmo em Gomes (1999, p. 98) que nos chama a atenção para a ocupação feminina na lavoura, no município de Feira de Santana. Uma dúvida maior surge quando se procura saber como era feito o pagamento pelo trabalho extrafamiliar de um

camponês que já é assalariado, por não ter como sobreviver com aquilo que sua terra lhe dá? Encontrou-se a resposta no mutirão/adjutório, quando 39,5% afirmaram usar o mutirão para cumprir as tarefas em suas propriedades.

Essas tarefas são as descritas nas quatro etapas principais da lavoura ou em construções. Assim informou um entrevistado sobre o mutirão: pode ser limpeza e colheita do feijão, construção de um cômodo, limpeza de um terreno para plantação, entre outras. Dessa forma, Santos, J. (1984, p. 36) comenta sobre a prática do mutirão na questão da ajuda mútua: “Todas as práticas de ajuda mútua descritas cobrem uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar, e tão pouco com o assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente”.

Devemos ressaltar que nem sempre acontece o mutirão, isso só ocorre quando o tempo para executar uma tarefa é pouco. Assim pronuncia-se Santos, J (1984, p. 36): “Tais situações constituem, de modo geral, momentos críticos do processo do trabalho agrícola, nos quais se deve exercer rapidamente as tarefas, quando então a brevidade do prazo se compensa pelo emprego de maior número de braços”. As festas e cantorias, como a troca de dia, foram as únicas formas de pagamento encontradas em nossa pesquisa para o auxílio mútuo, pois o objetivo é que se faça um trabalho, reduzindo ao máximo os valores gastos nessa labuta.

Ainda na pesquisa de campo, encontraram-se pequenos proprietários que cediam suas terras para o trabalho de meeiros (6% dos entrevistados), recebendo metade de tudo aquilo produzido. Questionou-se o motivo que permitiam a *meia* em suas terras e todos responderam que era uma forma de garantir uma renda extra já que não podiam cultivar toda a área e sempre apareciam vizinhos dispostos a fazer parcerias. Alguns destes entrevistados alegaram incapacidade física para trabalhar a terra e outros, falta de tempo, devido às atividades fora da propriedade.

A forma de pagamento em produto é mais utilizada para os meeiros. Como os acordos são sempre verbais, cada parte escolhe o melhor destino para sua produção. O pagamento em dinheiro não foi citado. Pôde-se notar que alguns deles deixaram transparecer uma certa desconfiança, quando se trata de dinheiro.

Não se encontrou, entre os entrevistados, nenhum caso de trabalhador permanente, nas propriedades pesquisadas. Acredita-se que esses ocorram entre os grandes proprietários ou aqueles que tenham a terra como um lugar de descanso ou de pequenas atividades voltadas para a indústria ou consumo de mercado, granjas, hortas, pequenas fábricas de derivados do leite, etc. Ainda salienta-se que o trabalhador permanente requer maiores recursos financeiros para mantê-los ativos nas propriedades, os quais não possuem os pequenos proprietários rurais, que demandam sua força de trabalho, principalmente da família.

Passa-se, então, a analisar o comportamento das relações de trabalho daqueles que trabalham fora de suas propriedades. Antes de qualquer coisa, deve-se justificar aqui o baixo índice de trabalhadores rurais (11,5% dos entrevistados), que trabalham, também, fora de suas propriedades, isso está relacionado à aposentadoria de um número significativo de camponeses e do trabalho não-agrícola, realizado fora da propriedade. Todos os entrevistados declaram desenvolver atividades rurais fora de suas propriedades, trabalhando em terras de outros, como meeiros.

Justificou essas atividades pelo fato de sua terra ser pequena e possuir muita gente para trabalhar nela. Deve-se esclarecer que o meeiro não é um assalariado nem um trabalhador alugado. Esse camponês trabalha a terra de outro, utilizando-se de sua força de trabalho pessoal e/ou familiar, *recebendo* uma parte da produção como pagamento pelas horas de trabalho dedicadas àquela atividade na propriedade de outro. Esses trabalhadores não são empregados do dono da terra, pois não há nenhuma relação trabalhista.

Oliveira (1991, p. 70), comenta sobre o trabalho agrícola em outras propriedades: "[...] a prática da parceria tem estado presente em todo o campo brasileiro, podendo inclusive ser considerada característica particular de relação de produção na transição do colonato para o trabalho assalariado [...]". Será que, quando não encontra mais disponível esta possibilidade - da parceria - vai buscar trabalho em atividades não-agrícolas, pois a parceria só é utilizada para o trabalho agrícola?

Observa-se que os meeiros desenvolvem atividades de cultivo de subsistência, principalmente a mandioca, pois esta cultura não necessita de sua presença constantemente para tratos na lavoura. Como meeiros, eles possuem autonomia para estabelecer sua jornada de trabalho e a organização interna das ocupações de cada indivíduo.

Encontrou-se um outro pequeno proprietário rural que diz já ter feito uso do arrendamento de terras para pastos com algumas vacas que tinha, e pagava mensalmente para manter 20 cabeças por quatro meses (não lembrava do valor pago) devido à seca na região. Outro caso, muito especial, foi detectado e confirmado no Distrito de Tiquarucu, sobre a *meia* realizada por mulheres nas casa de farinha.

Como seus cônjuges e filhos mais velhos estão envoltos com outras atividades, fora da unidade familiar, as mulheres e filhas - já comentadas - são extremamente importantes na produção, desenvolvem atividades na casa de farinha. Elas transformam a mandioca da propriedade de terceiros em farinha, através da *meia*, o que lhes rende um acréscimo à renda familiar. Na maior parte dos casos, a casa de farinha é alugada. As mulheres só costumam alugar quando seus cônjuges estão em outras atividades. O aluguel é um negócio lucrativo para o dono da unidade fabril, desde que ela esteja alugada para alguém diferente dos membros de sua família.

O arrendatário é aquele que aluga a terra e paga ao proprietário em dinheiro, trabalha com a família e recebe uma baixa remuneração pelo serviço. Na pesquisa de campo, não se encontrou nenhum caso, nem de arrendatário de terras, nem de posseiro. Todos se intitulavam proprietário.

Apesar de a maioria dos entrevistados terem afirmado serem meeiros, entre os membros da família, encontram-se filhos diaristas que desenvolvem suas atividades em propriedades vizinhas, recebendo por sua jornada diária de trabalho. Não se encontra chefe de família diarista, uma vez que afirma ser meeiro. Os resultados financeiros obtidos pela parceria, mesmo de risco, parece para eles ser mais nobre que a diária.

Santos, J. (1984, p. 41) explica claramente quem são os diaristas: São camponeses, desenvolvendo uma atividade acessória para complementar o rendimento monetário familiar". O autor também comenta sobre o preço das diárias, sendo essas baixas, obrigando os camponeses a deslocar-se para outras atividades, principalmente na cidade.

As jornadas de trabalho na lavoura apresentam uma duração média de 8 a 9 horas - variável - conforme a estação do ano e a atividade que está realizando. A colheita do feijão trata-se de uma etapa que demanda mais horas de trabalho, pois este requer certo cuidado quanto a seu beneficiamento e armazenamento. Entretanto, na produção da farinha de mandioca, no Distrito de Maria Quitéria, encontraram-se algumas famílias, que trabalham em suas casas de farinha, entre 14 a 16 horas, em virtude da demanda da produção e de fatores relacionados ao próprio processo de beneficiamento da mandioca, superando as horas normais de uma jornada de trabalho.

Percebe-se que não acontece um acúmulo de riqueza pelo trabalho das famílias camponesas, a não ser a própria reprodução da sua condição de vida, em todos os níveis. O que parece é que há uma troca entre o que se gasta e o que se arrecada, em ciclos lentos de produção, onde a reposição da renda gasta no consumo é feita tão logo se possa, no trabalho.

Deve-se, antes de prosseguir com o assunto, explicar: renda familiar, renda da terra e renda do emprego. A renda familiar é a soma de todos os valores recebidos mensalmente pela

População Economicamente Ativa - PEA familiar. A renda da *terra*, aqui entendida terra, são os valores líquidos, arrecadados com a comercialização dos produtos e serviços realizados nas atividades rurais dentro e fora das propriedades. As rendas do emprego são os valores recebidos com as atividades não-rurais fora das propriedades

Durante o trabalho questionou-se sobre a renda familiar, esclarecendo que esta representa os valores recebidos pelo grupo familiar ativo, dentro e fora da unidade de produção com tarefas apenas agrárias. Percebe-se que os resultados foram baixos em relação à renda do emprego, pois, como foi dito anteriormente, há famílias que desenvolvem apenas trabalhos agrários. Aqui, na renda familiar, também estão inseridos os membros aposentados da família, que contribuem para manutenção do grupo, uma vez que se encontraram famílias mantidas com os rendimentos da aposentadoria.

A renda que obtêm trabalhando na terra, foi a que gerou os rendimentos mais baixos, comprovando que o camponês não é capaz de reproduzir, apenas com a sua propriedade. A essa condição está inserida o tamanho da propriedade e a forma de exploração. O resultado do valor da terra explica os motivos pelos quais os camponeses sujeitam-se ao trabalho fora de sua unidade familiar, exercendo atividades agrárias ou não-agrárias.

A renda do emprego, dentro do conjunto da renda, foi a de maior destaque. Isso em virtude de os membros das famílias entrevistadas trabalharem fora de suas unidades familiares de produção em atividades, principalmente não-agrícolas e/ou *pluriativas*, o que justificou valores, que se mantêm, relativamente constantes, para a reprodução familiar. Pode-se perceber que o crescimento do trabalho não-agrícola, fora da unidade familiar, principalmente para os filhos em idade de trabalho, é considerável (27,20% dos filhos).

Para este trabalho, a renda familiar, resultado das relações capitalistas, em sua totalidade, expressa o comportamento financeiro do processo de (re)produção da família camponesa subordinada ao capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a estruturação agrícola do município com base na agricultura familiar, aparecendo como atividade de maior relevância para Feira de Santana e sua microrregião geográfica. Neste bojo, a organização do espaço estudado consolida a importância das relações de trabalho e produção, mantidas entre os pequenos proprietários rurais - produtores de farinha de mandioca - e a sociedade, onde são produzidos laços de trabalho.

Os subtemas aqui analisados são exemplos de uma parte do Brasil voltada para as relações de trabalho, nas áreas de pequenas propriedades rurais. Como consequência, a produção de um tipo específico de alimento: a farinha de mandioca. As questões agrárias e rurais do município de Feira de Santana têm sido alvo de estudos, entretanto, estes se relacionam sempre com um conjunto maior de atividades relacionadas à agropecuária, agroindústria, etc.

O que se tenta discutir aqui é a condição real do camponês, aquele pequeno proprietário rural, com área de terra inferior ao módulo rural da região e que, dentre estes, ainda aparecem proprietários com áreas menores que um hectare.

Os pequenos proprietários rurais, desprovidos de acesso a crédito, limitam-se a executar atividades onde a força de trabalho familiar seja absorvida, por inteiro ou em partes.

À medida que há uma redução gradativa do tamanho da propriedade, o pequeno proprietário rural passa a executar atividades primárias e/ou secundárias de sobrevivência.

O que se observa é uma ausência na forma simples de conseguir os ganhos vindos apenas do trabalho da terra. A complementação de renda é inevitável, pois, como não podem sustentar-se daquilo que é produzido pela terra, lançam-se em outras atividades rurais ou não rurais.

A unidade fabril - a casa de farinha - é *um símbolo de opulência*, devido aos valores gastos para sua construção. Daí o fato de não se encontrar a casa de farinha em todas as propriedades que cultivam a mandioca. Aquele que a possui, pode garantir uma renda maior para a sua família, pois, ordenadamente, organiza o trabalho familiar durante todo o ano, mantendo um valor *fixo* de arrecadação, com a produção de farinha de mandioca.

Esse conjunto de acontecimentos resulta no empobrecimento do homem do campo. Entretanto, percebe-se que é da natureza humana buscar alternativas para enfrentar as dificuldades, nesse caso, a financeira. A saída - voluntária ou involuntária - está no trabalho fora da propriedade, ocupando a mão-de-obra do chefe da família e de sua prole, na esperança de se reproduzir e produzir o espaço em que vive.

As condições do camponês feirense podem mudar e, junto com essa mudança, melhorar em sua qualidade de vida e satisfação pessoal, dele e de sua família.

REFERÊNCIAS

- BOSERUP, Ester. **Evolução agrícola e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec/Polis. 1987.
- GOMES, Francisca Ferreira. **As transformações sócio-econômicas da agropecuária no município de Feira de Santana - Bahia**. 1999. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFBA, Salvador, 1999.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia).
- SANTOS, Lourival Santana (Org.). **Camponeses de Sergipe: estratégias de reprodução**. Aracaju: NPGEU/UFES, 1996.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho: Estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Mão-de-obra agrícola na Bahia**. Salvador SEI 2000 (Série Estudos e Pesquisas, 46).
- SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteiras agrárias e trabalhadores rurais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Unicamp. **IE**. 1998.